

A construção e as consequências da barragem de Sobradinho

Adalton Marques (docente CCS/Univasf)

Camila Silva Palmeira dos Santos (discente CPSI/Univasf)

Iasmim Lara Macedo Borges (discente CPSI/Univasf)

Janine Feitosa (discente CPSI/Univasf)

Mario Marcio Nogueira Ferraz (discente CPSI/Univasf)

Adeus Remanso, Casa Nova, Sento-Sé
Adeus Pilão Arcado vem o rio te engolir
Debaixo d'água lá se vai a vida inteira
Por cima da cachoeira o gaiola vai subir
Vai ter barragem no salto do Sobradinho
O povo vai-se embora com medo de se afogar
(Sá & Guarabyra, *Sobradinho*, 1977)

Introdução

O presente verbete pretende oferecer um quadro sinóptico a respeito da construção da barragem de Sobradinho – localizada na Microrregião de Juazeiro, na Mesorregião do Vale São-Franciscano da Bahia – e de suas consequências que se fazem sentir ainda hoje, principalmente pelas populações cujos modos de vida foram profundamente afetados e que, no entanto, foram capazes de impor enorme resistência ao poder público e a agentes privados com o intuito de reconstruir suas existências coletivas. A construção dessa barragem foi iniciada em 1972, durante o chamado *milagre econômico*, ápice da repressão militar tendo à frente da presidência da república o general Emílio Garrastazu Médici. Com uma extensão de aproximadamente 350 km, o reservatório tem uma superfície de espelho d'água de 4.214 km² e uma capacidade de armazenamento de 34,1 bilhões de metros cúbicos em sua cota nominal de 392,50 m (Sigaud, 1986, 11)¹. Ao longo de seis anos, até a sua inauguração em março de 1978, essa obra gigantesca provocou a expulsão de aproximadamente 72.000 pessoas que viviam na área alagada, 80% das quais dedicadas a atividades camponesas caracterizadas por diferentes modos de vida, o que complexifica essa definição (Sigaud, 1986; Martins Costa, 1990; Siqueira, 1992). Sabe-se que as contas e as classificações são objeto de intensas disputas: o poder público contabilizou um saldo de 60.000 pessoas “transferidas”². Para se ter

1 Conferir, também, as informações fornecidas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), responsável pela construção da barragem e operadora do aproveitamento hidrelétrico de Sobradinho: <https://www.chesf.gov.br/SistemaChesf/Pages/SistemaGeracao/Sobradinho.aspx>

2 Conferir, por exemplo, o vídeo promocional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) intitulado “Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho”, 1976 (Arquivo Nacional, código de referência: BR RJANRIO EH.0.FIL, DCT.81).

uma ideia da extensão dos impactos em termos municipais, sob as águas represadas foram inundadas quatro sedes (Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado e Sento Sé), numa área total que se estende de Xique-Xique a Juazeiro.

Com foco predominantemente antropológico, nos apoiamos principalmente nos trabalhos de Lygia Sigaud (1986) e Ruben Alfredo de Siqueira (1992). Esse último, atuando na Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Juazeiro junto às populações atingidas, oferece uma etnografia fina das resistências camponesas que frequentemente foram consideradas *não*-políticas e qualificadas fora do que comumente se entende por movimentos sociais organizados. Já o trabalho de Sigaud (1986), resultado de uma pesquisa coletiva, compara os efeitos produzidos por duas intervenções estatais que visaram a construção de hidrelétricas: a barragem de Sobradinho e a barragem de Machadinho, no rio Pelotas, afluente do rio Uruguai, no Rio Grande do Sul. No que se refere à parte dedicada à barragem de Sobradinho, o trabalho de Sigaud (1986) deve ser compreendido como um ponto de partida para qualquer pesquisa que pretenda compreender: **1)** a finalidade energética da sua construção, a despeito de todo o sofrimento produzido nas populações que viviam na e em relação a área inundada, reduzidas a “obstáculos” (p. 20-21) e consideradas “subdesenvolvidas” para se beneficiar dos sistemas de irrigação (p. 24); **2)** a “imprevidência do Estado” na tarefa de ouvir, acolher, cuidar e oferecer alternativas a essas comunidades (p. 23 e ss.); **3)** a “descapitalização cumulativa” que lhes foi imposta (p. 46 e ss.); e **4)** a desestruturação das suas condições de produção e de existência (p. 53 e ss.). Não menos importante é a vigorosa revisão bibliográfica realizada por essa autora, à qual se combina um exame minucioso da variada documentação produzida no período, seja oriunda de frentes de apoio da Igreja Católica – como a Diocese e a CPT de Juazeiro – e das organizações sindicais, cujas denúncias deram origem à Comissão Parlamentar de Inquérito das cheias do Rio São Francisco, seja oriunda dos diversos órgãos e empresas que atuaram na construção da barragem: CHESF, INCRA, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural da Bahia (ANCARBA) – hoje Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (EMATERBA) – e, finalmente, Hidroservice, empresa consultora à qual coube a elaboração do Projeto de Colonização de Sobradinho, posteriormente denominado Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho (PECSR).

Sem pretensão de esgotar as questões suscitadas por esses acontecimentos, apresentamos na primeira seção uma breve cronologia que pretende evidenciar a

“imprevidência do Estado” e subsidiar a compreensão a respeito da “descapitalização cumulativa” (Sigaud, 1986, 23 e ss. e 46 e ss.) sofrida por essas populações, tema da segunda seção. Ao final, traçamos quatro apontamentos a título de conclusão. Mas antes de passarmos à primeira seção, é preciso sublinhar que as consequências da barragem de Sobradinho se efetuem em temporalidades mais alargadas do que a estrita cronologia da sua construção, bem como em espacialidades que não se restringem à área do reservatório (Vainer, 2003). Isso é fundamental para a compreensão da dimensão cumulativa das perdas sofridas pelas populações atingidas. Junto disso, é preciso sublinhar que a própria barragem deriva de um dispositivo mais antigo, mais amplo e com maior capacidade de produzir efeitos. Por meio de enunciados excludentes sobre o *desenvolvimento* e a *modernização* e de domínios de objeto perversos como *vazio demográfico* e *subdesenvolvidos*, esse dispositivo reduziu as populações sertanejas que viviam na área do reservatório a meros “obstáculos” que deveriam ser removidos (Sigaud, 1986, 20-21), sem qualquer escuta ou possibilidade de constituição de alternativa, com a finalidade de realizar o que estava previsto no artigo 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1946: o “aproveitamento total das possibilidades econômicas do Rio São Francisco e seus afluentes”.

Cronologia dos acontecimentos

A breve cronologia que apresentamos a seguir foi elaborada com o objetivo de sintetizar as reconstruções históricas, muito mais ricas em detalhes, produzidas por Sigaud (1986) e Siqueira (1992). Nossa intenção não é simplificar essas reconstruções, mas oferecer um resumo dos acontecimentos, pois isso ajuda a ressaltar a “imprevidência do Estado” (Sigaud, 1986, 23 e ss.), a “descapitalização cumulativa” sofrida pelas populações atingidas (id. *ibid.*, 46 e ss.) e, não menos importante, suas capacidades de resistência em face da destruição de seus mundos (Siqueira, 1992). Para cada acontecimento datado, indicamos a paginação dos textos de Lygia Sigaud e/ou de Ruben Alfredo de Siqueira, para que a leitora e o leitor possam encontrar as fontes bibliográficas, documentais e/ou etnográficas mobilizadas. Esperamos que a cronologia apresentada a seguir ofereça um quadro das violações sofridas pelas populações atingidas pela barragem, o que exige compreender a sequência dos acontecimentos:

1946: o artigo 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1946 define o seguinte: “O Governo federal fica obrigado, dentro do prazo de vinte anos, a contar da data da promulgação desta Constituição, a traçar e executar um plano

de aproveitamento total das possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes, no qual aplicará, anualmente, quantia não inferior a um por cento de suas rendas tributárias” (cf. Sigaud, 1986, 12).

1948: a Lei nº 541, de 15 de dezembro de 1948, instituiu a Comissão do Vale do São Francisco com a finalidade de executar o plano apontado no artigo 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sigaud, p. 1986, 12).

1949: o Decreto 26.476, de 17 de março de 1949, aprovou o Regimento da Comissão do Vale do São Francisco (Sigaud, 1986, 12).

1950: o Plano Geral para o Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco foi enviado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra ao Congresso Nacional por meio da mensagem nº 548, de 15 de dezembro de 1950 (Sigaud, 1986, 12).

1955: a Lei nº 2.599, de 13 de setembro de 1955 definiu o Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco (Sigaud, 1986, 12).

1971: em julho, o Ministério das Minas e Energia do governo Médici anunciou a construção da barragem indicando sua localização no Salto do Sobrado, divisa dos municípios de Juazeiro e Casa Nova (Siqueira, 1992, 55).

1972: em setembro, é dado início à instalação do “acampamento próximo ao local da obra e começam os levantamentos topográficos de toda a área do reservatório” (Siqueira, 1992, 55; cf., também, Sigaud, 1986 10).

Antes disso, em 14 de julho, o engenheiro Eunápio Peltier de Queirós, ex-constituente de 1946 e recém empossado superintendente do Projeto Sobradinho, relatou em carta ao presidente da ELETROBRAS que a desocupação da área apresentava problemas sociais que “transcendiam os poderes e atribuições da CHESF” (Siqueira, 1992, 56), chamando atenção para “as implicações da obra em termos de inundação da área agricultável e portanto de eliminação da base da economia da região” (Sigaud, 1986, 19). Isso evidencia que “a Companhia antevia o ‘impacto’ negativo que poderia resultar de sua intervenção na área do reservatório” (id. *ibid.*). A ausência de ações para evitá-lo, portanto, não deve ser “atribuída a uma suposta má-fé da empresa nem de seus técnicos, e nem mesmo aos outros órgãos, empresas e respectivos técnicos [...] que atuaram em Sobradinho”, afinal “os efeitos que a construção da barragem poderia produzir na região sempre foram considerados uma questão subordinada à questão principal que era a questão energética” (id. *ibid.*, 19-20).

Até a data dessa carta, ao contrário do que a CHESF tentou afirmar em documentos posteriores, “não se dispunha de alternativas concretas para a população” (Sigaud, 1986, 22; cf. também, Siqueira, 1992, 56).

Contratada pela CHESF, a empresa de consultoria Hidroservice realizou estudos socioeconômicos e constatou que a maior parte da população “resistia à mudança” e desejava permanecer na borda do lago (Siqueira, 1992, 56).

1973: em junho, iniciam-se as obras do reservatório (Sigaud, 1986, 10; Siqueira, 1992, 58).

Em outubro, com as conclusões da Hidroservice, a CHESF atribuiu ao INCRA a tarefa de avaliar a viabilidade de instalar quatro mil famílias na borda do futuro lago (Siqueira, 1992, 58; cf., também, Sigaud, 1986, p. 22-23).

O Decreto nº 73.072, de 01 de novembro de 1973, definiu como zona prioritária, para fins de reforma agrária, sob jurisdição do INCRA, a região compreendida pelos seguintes municípios baianos: Juazeiro, Casa Nova, Sento Sé, Remanso, Pilão Arcado, Xique-Xique, Gentio do Ouro e Barra. Mas isso não desfez as incertezas das populações afetadas quanto à possibilidade de permanecerem na borda do lago (Siqueira, 1992, 58-59).

Em dezembro, antes de tomar posse na Presidência da República, mas já sob os efeitos da crise do petróleo, o general Ernesto Geisel anunciou que a barragem de Sobradinho seria utilizada para produção de energia elétrica (Siqueira, 1992, 59; Sigaud, 1986, 10).

1974: em janeiro, a CHESF delegou à ANCARBA a tarefa de avaliar as alternativas de produção da borda do lago (Sigaud, 1986, 23; Siqueira, 1992, 59).

Em fevereiro, o parecer do INCRA informou à CHESF que o assentamento de quatro mil famílias na borda do futuro lago era inviável e apontou a região do rio Corrente (afluente do São Francisco), nos municípios de Bom Jesus da Lapa e Carinhanha, como solução para assentar essa população (Sigaud, 1986, 23; Siqueira, 1992, 60). Há duas considerações a se fazer sobre esse parecer: por um lado, o INCRA explicitou que os investimentos para irrigação, necessários para as atividades agrícolas na borda do futuro lago, eram incompatíveis com o grau de desenvolvimento das populações locais; por outro, considerou viável sugerir seu deslocamento para uma região localizada a mais de 700 km de distância (Sigaud, 1986, 24 e ss.; Siqueira, 1992, 60). Retomaremos essa (des)qualificação dos modos de vida das populações atingidas pela barragem de Sobradinho nas Conclusões.

Com base nesse parecer, uma área nos municípios de Bom Jesus da Lapa e Carinhanha foi definida para desapropriação pelo Governo Federal, a pedido da CHESF. O projeto de colonização, a ser executado pelo INCRA, ficou a cargo da Hidroservice, também por demanda da CHESF (Sigaud, 1986, 23).

Por meio do Decreto-Lei nº 1.316, de 12 de março de 1974, os municípios de Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso foram declarados de interesse da Segurança

Nacional (Siqueira, 1992, 61; Sigaud, 1986, 29).

Ainda em 1974 a implantação das casas de força foi iniciada, quando as estruturas do vertedouro já estavam em fase de concretagem (Sigaud, 1986, 10).

1975: com a conclusão do projeto elaborado pela Hidroservice, foi criado, em março, o Projeto Especial de Colonização de Sobradinho (PECS), posteriormente denominado Projeto de Colonização Serra do Ramalho (PECSR), na região de Bom Jesus da Lapa e Carinhanha (Sigaud, 1986, 23; Siqueira, 1992, 61-62).

Em abril, a ANCARBA concluiu que, de um total de 5.837 famílias, apenas 1.426 poderiam ser instaladas na borda do lago. Como a maioria rejeitava deixar a beira do rio e do futuro lago, a alegação da CHESF de que estava oferecendo alternativas à população torna-se profundamente questionável (Sigaud, 1986, 23; Siqueira, 1992, 62).

Por pressão do Banco Mundial, financiador do PECSR, mas também de órgãos governamentais como o INCRA, a alternativa de instalação na borda do futuro lago foi suspensa para forçar a população a aceitar o deslocamento para Serra do Ramalho. À ANCARBA, junto com a Divisão de Relocação de Populações da CHESF, coube o trabalho de convencimento da população (Siqueira, 1992, 62).

A escassez de tempo e a maneira como os órgãos estatais agiram provocou uma resistência conjunta da população, nutrida por deliberações coletivas e pela partilha da experiência de “expulsos”. A permanência na borda do futuro lago passou a ser uma exigência coletivamente demandada (Siqueira, 1992, 63-64), à qual se somou a luta para que as vantagens oferecidas no PECSR fossem criadas ali também (Sigaud, 1986, 28-29).

Com a chegada de Dom José Rodrigues de Souza, novo bispo de Juazeiro, a Igreja Católica rompeu com oligarquias locais e passou a ecoar as queixas da população atingida. Em junho, a Diocese de Juazeiro promoveu “a primeira reunião conjunta com autoridades locais, vigários e religiosos, representantes do poder estadual e representantes da CHESF, para denunciar os problemas e debater soluções” (Siqueira, 1992, 65).

1976: em março ocorreu o primeiro deslocamento organizado pela CHESF, com o transporte de trinta famílias para Serra do Ramalho (Sigaud, 1986, 29-30; Siqueira, 1992, 65). Até esse momento, haviam ocorrido apenas deslocamentos individualizados, daqueles que aceitaram indenizações oferecidas pela CHESF: seja para a caatinga, por meio da chamada “operação catingueiro”; seja para outros municípios da região, como Xique-Xique e Barra, à montante, e Juazeiro e Petrolina, à jusante da barragem, todos vizinhos da barragem e à beira do Rio São Francisco, por meio do que se chamou de “solução própria”. Grandes capitais como São Paulo e Brasília também foram destinos comuns dessas pessoas (id. *ibid.*).

Em junho ocorreu o I Encontro do Vale do São Francisco, em Aracajú, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Envolvendo dirigentes sindicais de todo o Vale do São Francisco, o tema central desse encontro foi as consequências das barragens – as obras da hidrelétrica de Itaparica haviam iniciado em 1975 – e dos grandes projetos de irrigação na vida dos trabalhadores rurais. Até então sob o controle das elites locais e funcionando como agências da assistência previdenciária do Estado (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL), as organizações sindicais passaram a exercer um papel mais efetivo junto aos atingidos pela barragem de Sobradinho (Siqueira, 1992, 66-67).

Em novembro, foi definido o I Plano Pastoral Orgânico por meio de assembleia realizada pela Diocese de Juazeiro, com a criação das comissões pastorais da Terra, da Mudança (das quatro cidades e dos meios rurais) e da Família (id. *ibid.*, 67).

Em dezembro, o represamento parcial das águas se iniciou, forçando a desocupação de 1/3 da área do reservatório. Com uma velocidade desconhecida até então, e contrariando a natureza, a enchente veio “de baixo” (Sigaud, 1986, 11; Siqueira, 1992, 67).

Não há informações oficiais precisas sobre o momento em que a CHESF decidiu atender a reivindicação principal da população atingida: permanecer na borda do futuro lago. Essa omissão, segundo Sigaud, não foi gratuita, afinal, a ausência de informações sobre quando se iniciou a instalação dos vinte e cinco núcleos na borda do lago permitiu apagar os gestos imprevidentes do poder público ao longo do processo de construção da barragem de Sobradinho. Segundo o esforço de reconstituição dos acontecimentos feito por Sigaud (1986, 30-31), é possível supor que a construção dos núcleos tenha se intensificado nos anos de 1976 e 1977, às vésperas da inauguração da barragem, como se verá mais adiante.

1977: em março, foi formada a equipe da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Juazeiro durante uma reunião das dioceses da região, com a finalidade de acompanhar e apoiar os camponeses na luta pela terra e em suas reivindicações relativas às consequências provocadas pela barragem de Sobradinho (Siqueira, 1992, 71).

No início de dezembro ocorreu o represamento total do rio (Sigaud, 1986, 11; Siqueira, 1992, 71-72). Segundo a formulação de Siqueira, “[a]s águas ‘táticas’ da barragem – como um dilúvio sem Noé e sem barca – são as únicas forças capazes de remover o ‘barranqueiro’ ‘agarrado ao rio’” (id. *ibid.*).

Segundo os dados da CHESF apresentados por Siqueira (1992, 65-65 e 69), das 8.619 famílias que deixaram a área rural afetada pela inundação, 2.653 (31%) foram reassentadas nos núcleos na borda do lago, 974 (11%) se mudaram para as novas sedes municipais e 1.751

(20%) se instalaram na caatinga. Isso significa que, segundo os números oficiais, 62% das famílias rurais conseguiram permanecer na região da borda do lago. Essa contagem, entretanto, não considerou as famílias que voltaram para a borda – agora do lago formado – quando ela se tornou uma “solução” viável, após terem aceito a “solução própria”, que abrangeu 24% do total de camponeses deslocados, e a remoção para o PECSR, que alcançou 11,75% dessa população, considerado um “cativeiro” pelos que de lá retornaram (Sigaud, 1986, 27; Siqueira, 1992, 69).

As gravíssimas violações perpetradas contra esse enorme contingente de famílias removidas forçadamente até os últimos instantes do represamento são testemunhadas em depoimentos coletados pela Comissão Pastoral da Terra de Juazeiro e pelos sindicatos locais (Sigaud, 1986, 31). Helicóptero sobrevoando a região, famílias fugindo nos últimos instantes e desabrigadas nas beiras de estradas, criações morrendo afogadas, suicídios, indícios de aumento de ataques cardíacos, dão o quadro do pânico vivido (id. *ibid.*; Siqueira, 1992, 72 e 273 e ss.). Segundo Sigaud, esses testemunhos dão uma clara noção de que “a realocação da população em Sobradinho está mais próxima de uma operação militar para evacuar o território, do que de uma operação de reassentamento de uma população” (1986, 31).

Não bastasse isso, além do baixo valor das indenizações, essas famílias encontraram privações nas novas sedes municipais inacabadas e enorme precariedade nos núcleos da borda do lago, tais como “deficiências no abastecimento de água, alimentação, moradia, transporte e, sobretudo, a falta de condições de cultivo nas terras dadas pela CHESF” (Siqueira, 1992, 69 e 231 e ss.).

1978: em março, o presidente Geisel inaugurou a barragem, quatro meses antes do reservatório atingir a sua cota máxima de operação (Sigaud, 1986, 11; Siqueira, 1992, 72).

Um levantamento realizado pelos sindicatos da região de Barra, à montante da barragem de Sobradinho, indicou que até o início de 1978 o número de famílias expulsas de Sobradinho e vivendo em condições sub-humanas nos municípios de Xique-Xique, Barra e Ibotirama chegava a 798 (id. *ibid.*).

A pressão exercida pelos realocados, apoiados pela Igreja e pelos sindicatos, juntamente com a repercussão pública negativa de Sobradinho, levaram a ELETROBRAS a elaborar o Programa de Desenvolvimento do Reservatório de Sobradinho (PDRS), a fim de indicar estratégias reparadoras e imediatas (id. *ibid.*, 72-73).

Em julho, a Diocese de Juazeiro promoveu um encontro de trabalhadores, líderes sindicais e agentes pastorais, convocando a CHESF e a ELETROBRAS para discutir o PDRS. O plano então foi levado às comunidades pelos assessores da CPT e do Polo Sindical,

que havia sido criado nesse mesmo ano com o objetivo de congregar os sindicatos da região (id. *ibid.*, 73).

Ainda em 1978, ocorreu o I Encontro de Trabalhadores Rurais realocados dos quatro municípios da borda do lago, promovido pela Igreja e sindicatos.

1979: em março, a Usina Hidrelétrica de Sobradinho começou a produzir energia para atender a demanda das regiões Norte e Nordeste (Sigaud, 1986, 11).

Também em março, ainda nem bem instaladas nas novas localidades para as quais foram forçadas a se retirar, as populações deslocadas foram surpreendidas por uma enchente sem precedentes, caracterizada pela subida veloz das águas e pela demora da depleção. O alagamento das roças e casas provocou uma segunda retirada em muitas localidades (Siqueira, 1992, 74; Sigaud, 1986, 11). Se não perdermos de vista que o objetivo inicial da barragem de Sobradinho era a regularização plurianual do curso do São Francisco (Sigaud, 1986, 10), entenderemos sem qualquer entrave que essa razão regulatória jamais priorizou as vidas das populações atingidas, o que provocaria prejuízo aos interesses energéticos e industriais-agrícolas.

Após essa trágica enchente, iniciou-se uma terrível seca que se estenderia até 1984 (Siqueira, 1992, 74). E é preciso sublinhar, antecipadamente, que uma enchente de iguais proporções voltaria a ocorrer no ano seguinte (Sigaud, 1986, 11). Como espécies de demonstrações da enorme transformação ecológica produzida pelo poder público, esses dois eventos impuseram duros limites para a reprodução dos modos de vida das populações removidas, cujas existências combinava agricultura de vazante nos lameiros às margens do Rio São Francisco, ricos de materiais orgânicos, no período de seca, e agricultura de sequeiro na caatinga, no período das chuvas, além da prática de criatório extensivo e de atividades extrativistas, artesanais e pesqueiras. Com a conformação do lago, as grandes enchentes não depositavam mais húmus nas novas bordas, mas areia infértil para os cultivos. Sem chuvas durante essa grande seca, essas populações ficaram impedidas de plantar nos sequeiros (Sigaud, 1986, 37 e ss. e 54 e ss.; Siqueira, 1992, 74).

Com a enorme valorização das terras que, à beira do lago, têm enorme potencial para obtenção de incentivos estatais dirigidos ao desenvolvimento da agricultura irrigada, estouraram casos de grilagem na região. O primeiro deles foi articulado pela Agroindustrial Camaragibe S/A em conluio com o cartório de registro de imóveis de Santana do Sobrado, distrito de Casa Nova, sob o domínio da família Viana de Castro. Os alvos dessa grilagem foram 56 famílias das comunidades de Riacho Grande, Salina da Brinca, Melancia e Jurema, que resistiram às investidas da empresa e mantiveram-se firmes em suas terras (Sigaud, 1986,

61; Siqueira, 1992, 75)³.

Em maio, a CONTAG promoveu o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em Brasília, com importante participação de sindicalistas da borda do lago de Sobradinho. Também em maio, a Diocese de Juazeiro, a CPT e o Polo Sindical concluíram a avaliação do PDRS e lançaram um documento criticando seus benefícios e seu alcance, já que esse programa excluía as famílias atingidas que moravam nas áreas urbanas (Siqueira, 1992, 76). Encerrado antes do previsto, seis meses depois, em novembro, com o esgotamento dos recursos, esse programa foi devolvido à CHESF pela ELETROBRAS (id. *ibid.*, 77).

Muitas famílias começaram a voltar do PECSR, se agregando a parentes e/ou pressionando a CHESF por condições de reinstalação na borda (id. *ibid.*).

O ano de 1979 marcou o fim das indenizações (Siqueira, 1992, 75), apoiadas numa legislação que se pode definir por “patrimonial-territorialista” (cf. Vainer, 2003, 3-6). Afinal, à CHESF, empreendedora da grande obra, coube o direito de desapropriar e definir o valor das indenizações que, não bastasse, limitavam-se às propriedades registradas em cartório e, no caso das famílias posseiras, apenas às suas benfeitorias. Isso não impediu, todavia, que muitos atingidos recorressem à Justiça para continuar a lutar por seus direitos, por meio de processos morosos.

1980: conforme indicado acima, o ano de 1980 também foi marcado pela combinação de enchente e seca (Sigaud, 1986, 11; Siqueira, 1992, 77). Diante dessa situação, a CONTAG, com o apoio da Igreja, acionou o Congresso Nacional que, por sua vez, convocou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as causas e consequências das cheias do São Francisco (Sigaud, 1986, 16; Siqueira, 1992, 77).

Em continuidade ao PDRS, a CHESF realizou o cadastramento de 5.263 famílias rurais da borda do lago para dar-lhes apoio financeiro e material e para promover melhoria das condições de saneamento nos núcleos (Siqueira, 1992, 77).

1981: membros da CPI das Enchentes, acompanhados por dirigentes sindicais e agentes da Igreja, visitaram vários locais da borda, o que levou os camponeses a extravasar suas denúncias contra a CHESF (Siqueira, 1992, 78).

1982: com um atraso digno de nota, e em ano eleitoral, o governo da Bahia iniciou sua atuação na região por meio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), órgão da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC). A CAR elaborou o Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Lago de Sobradinho, que provocou a

³ Para a compreensão detalhada desse caso, cf. ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS (2017, 37-42) e Maia (2020, 47 e ss.). Esse pesquisador também descreve os desdobramentos jurídicos, militares e criminosos desse caso entre 2006 e 2008, quase três décadas após a sua deflagração.

proliferação de associações de pequenos produtores, pescadores, ex-operários da construção da barragem, etc., aptas a receber os repasses dos recursos governamentais. Siqueira (1992) indica que isso provocou “uma reviravolta nas relações entre camponeses, mediadores, elites locais e Estado” (p. 79-80).

Esse ano também foi marcado pela criação de partidos populares na região, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT). Ainda que não tenham conseguido se firmar, nesse primeiro momento, para além de suas bases sindicais e eclesiais, constituíram opção aos camponeses e outros segmentos que faziam oposição às elites locais (Siqueira, 1992, 81-82).

Com o agravamento da seca ocorreram saques populares em armazéns de Campo Alegre de Lourdes, município vizinho de Pilão Arcado e Remanso, onde também surgiram ameaças de saques (id. *ibid.*, 81).

Em dezembro, por meio do Projeto de Resolução nº 331, da Câmara dos Deputados, foram aprovados o relatório, as conclusões e as recomendações da CPI destinada a investigar as causas e consequências das cheias do Rio São Francisco.

1983: com as ameaças de novos saques populares e as mobilizações dos camponeses, dos sindicatos e da Igreja, o governo federal, por meio da CODEVASF, implantou diversas “frentes de serviço” na região. Por conta de atrasos salariais e descontos injustificados, surgiram numerosos conflitos entre trabalhadores e técnicos supervisores (id. *ibid.* 82).

Por conta do prolongamento da seca, muitos realocados na caatinga desistiram das roças de sequeiro e passaram a disputar trechos da vazante do lago. Aumentou, também, a procura pelos lotes com frente para o lago, pois, além de garantirem acesso à vazante, possibilitavam acessar o programa de apoio da CAR para a agricultura irrigada (id. *ibid.*, 82-83).

1984: o abandono da caatinga foi indicado pelos dados do INCRA, que apontavam um crescimento de 27,55% para 53,55% da ociosidade das terras aproveitáveis da região entre 1972 e 1984 (id. *ibid.*, 83).

O aumento da vazão do reservatório com a finalidade de produzir energia elétrica em plena estiagem prolongada afastou as margens do lago e provocou mais prejuízos aos camponeses. O nível baixou 4 metros e, em alguns pontos da represa, as águas recuaram até 10 km. As perdas foram múltiplas: “[f]altou água para os animais e tornou-se impossível captá-la através de tubulações e bombas para irrigar a agricultura, o que ocasionou nova perda de colheita” (Sigaud, 1986, 53); “as roças perdem o cercamento de frente que eram as águas; animais invadem e estragam as lavouras, quando não se atolam ao beber; o

abastecimento de água e comida fica totalmente comprometido; não há condições de higiene e proliferam doenças, inclusive infecciosas” (Siqueira, 1992, 83).

Ampliaram-se os conflitos pela vazante. A CHESF, que até então havia determinado que o seu acesso era livre, passou a restringi-la aos proprietários das terras à borda do lago. Além disso, por conta da infraestrutura instalada nos municípios em torno do lago, proliferaram esquemas de grilagem articulados por investidores de outras regiões que visavam esbulhar grandes extensões de terra não tituladas. Um tipo de violência sistemática, apoiada em conflitos fundiários e, principalmente, em esquemas de grilagem, que muitas vezes resultou em assassinatos, passou a marcar a paisagem da região (Sigaud, 1986, 60 e ss.; Siqueira, 1992, 83-85).

Acumulação de prejuízos

A breve e inconclusa cronologia que apresentamos na seção anterior evidencia as circunstâncias penosas às quais foram submetidas as populações atingidas pela construção da barragem de Sobradinho. Nesse quadro de acontecimentos, como fica explícito, a “prioridade dada à produção de energia” (Sigaud, 1986, 20) foi e é o sinal translúcido da ausência de cuidados dirigidos a essas populações, tratadas como “entrave”, como “obstáculos a serem removidos” (id. *ibid.*). Relacionalmente, o deslocamento compulsório imposto a milhares de famílias, forçadas a abandonar suas terras, o rio e as conexões vitais que constituíam suas existências, nas circunstâncias dramáticas descritas anteriormente, foi e é o sinal translúcido de que o Estado, atravessado pelos poderosos interesses privados que constituem suas vísceras, em nenhum momento colocou em questão seu próprio objetivo econômico.

Sob essas condições, restou às populações removidas à força toda sorte de prejuízos que ultrapassam qualquer mensuração estritamente econômica e, portanto, colocam em questão a ideia de que indenizações financeiras podem ressarcir a destruição de modos de vida. Esse é o ângulo teórico-político pelo qual lemos a conexão entre o que Sigaud (1986) chamou de “imprevidência do Estado” (p. 23 e ss.) e “descapitalização cumulativa” (p. 46 e ss.). Nessa direção, apresentamos a seguir um quadro sinóptico dos prejuízos sofridos pelas populações removidas, ressaltando seu caráter cumulativo.

De maneira esquemática, simplificando a exposição realizada por Sigaud (1986), chamaremos a atenção para cinco séries de descapitalizações cumulativas: a que antecede o início das obras, a que diz respeito às indenizações, a que se refere aos deslocamentos para as novas localidades, a relativa aos problemas enfrentados nos núcleos de reassentamento e,

finalmente, a que lista alguns efeitos de longo prazo. Essa última série permanece aberta, segundo a nossa compreensão, uma vez que a existência da barragem continua disparando efeitos e produzindo atingidos.

Os primeiros efeitos negativos antecedem o início das obras, remontando ao seu anúncio. Três desses efeitos se combinam perversamente: aumento geral dos preços, queda nos investimentos produtivos na área a ser alagada e modificações populacionais decorrentes da adesão de parte da população à “solução própria” e da atração de força de trabalho para as obras de construção da barragem. Essa combinação agravou um efeito nefasto produzido pelo anúncio: insegurança e medo generalizados (Sigaud, 1986, 46). Some-se a esse quadro a ausência de informações qualificadas e de garantias fornecidas pelo poder público às famílias que começavam a viver um verdadeiro pesadelo.

A operacionalização das indenizações se deu em circunstâncias de completa arbitrariedade dos responsáveis, com variação de 1.000% dos valores pagos (Sigaud, 1986, 47). Uma das reclamações mais recorrentes diz respeito à insuficiência das indenizações, que não levou em conta o processo inflacionário em curso, e, na maior parte dos casos, se reduzia às benfeitorias, uma vez que somente 13,9% da população atingida dispunha de títulos que comprovavam a propriedade da terra (id. *ibid.*, 48). Também é preciso considerar que, em muitos casos, essas indenizações foram pagas num momento em que boa parte da população já se encontrava impedida de cultivar suas roças e ainda não havia sido reassentada, o que, na prática, transformava produtores autossuficientes em consumidores pauperizados. Como esses pequenos produtores eram responsáveis por parte do abastecimento de gêneros alimentícios nas feiras das cidades locais, esse processo ainda contribuiu para agravar a inflação regional (id. *ibid.*).

Ainda no que se refere à questão das indenizações, é preciso sublinhar que a CHESF cobriu apenas 70% dos custos relativos à construção das moradias da população rural removida, enquanto a população urbana removida pôde contar com a indenização total de seus imóveis ou com a construção de habitações populares (Sigaud, 1986, 49). Além disso, para evitar mais uma intervenção estatal, dessa vez sobre o desenho arquitetônico de seus lares, a população rural preferiu construir suas próprias casas, o que, por um lado, lhes exigiu enorme sobrecarga de trabalho, não só para realizar essas construções, mas também para preparar as glebas recebidas por meio de desmatamento e roçagem, e, por outro, produziu uma economia de custos significativa para a CHESF (id. *ibid.*, 49-50). Sob essa intervenção estatal generalizada, as formas de ajuda mútua entre as famílias da região foram impossibilitadas (id. *ibid.*, 50). Finalmente, é preciso ressaltar que o critério de distribuição

das glebas não foi explicitado pela CHESF, mas parece ter respondido mais à extensão dos terrenos do que às necessidades da força de trabalho disponível em cada família, além de ignorar a variação da aridez do solo (id. *ibid.*, 50).

O processo de deslocamento para a borda do lago e suas proximidades não foi menos penoso. A reclamação mais comum das famílias atingidas refere-se às perdas de criações, tanto por afogamento quanto pelo desgaste imposto durante os longos percursos. É importante sublinhar a importância dessas criações como fundos de reserva que garantem às populações camponesas capacidade de investimento na agricultura e ajuda a parentes em situações variadas, como casamentos, festas e dificuldades imprevistas. Seu papel, portanto, extrapola a dimensão estritamente econômica, uma vez que nutre relações afetivas e de parentesco. Ainda sobre as criações, na maioria dos casos a CHESF não forneceu meios de transportá-las, o que obrigou parte da população a custear transportes particulares de seus animais com parte significativa de suas indenizações (Sigaud, 1986, 50-52). Esse conjunto de circunstâncias desfavoráveis descrito até aqui dão um quadro da penúria à qual foi submetida essas populações antes mesmo de chegarem aos núcleos de reassentamento. As poucas indenizações, em vez de servirem ao menos para repor parcialmente seus patrimônios, tiveram que ser usadas para o consumo e para custear os deslocamentos impostos. Mas isso é só uma parte dessa história. Como bem salienta Sigaud (1986, 50), “[...] a descapitalização antecede a chegada ao núcleo, e tende a se tornar cumulativa em virtude das condições desfavoráveis referentes à moradia e à terra”.

Com isso chegamos à série de descapitalizações provocadas pelas condições em que foram entregues as glebas dos núcleos de reassentamento. Conforme indicamos anteriormente, na seção dedicada à cronologia dos acontecimentos, desde 1972 a CHESF sabia que a aridez das terras à margem do que viria a ser o lago e o tempo que demandaria para a formação da vazante para uso agrícola imporiam duras dificuldades à população local, sem falar da previsão clara de que periodicamente ocorreriam depleções no reservatório (Sigaud, 1986, 22). Para as famílias que conseguiram transportar suas criações com segurança, não foi tarefa fácil mantê-las saudáveis, tanto por conta da dificuldade de obter água, em decorrência da poluição inicial produzida pela formação do lago e das grandes distâncias entre as glebas e as fontes, quanto de obter alimentação, por conta da insuficiência de pastos e da inexistência, até aquele momento, de roças que propiciassem restos para as criações (Sigaud, 1986, 51). Como já explicitado anteriormente, as enchentes de 1979 e 1980 provocaram novas retiradas em muitas localidades, o que se tornou ainda mais dramático por conta da terrível seca que perdurou até o ano de 1984 (Siqueira, 1992, 74; Sigaud, 1986, 11,

51-52). Nesse ano ocorreu o oposto: em nome da produção de energia, a CHESF ampliou a vazão da barragem e produziu uma enorme depleção das águas, afastando as bordas do lago em até 10 km em alguns pontos, em plena estiagem prolongada (Sigaud, 1986, 53).

Finalmente, chegamos à série de efeitos de longo prazo (Sigaud, 1986, 53 e ss.). O primeiro conjunto dessa série diz respeito às transformações ecológicas provocadas pela intervenção do Estado no curso do Rio São Francisco:

a) a destruição do modo de vida de milhares de camponeses, ecologicamente conectados à agricultura de vazante, afetou não apenas as famílias ribeirinhas, mas também as que viviam na caatinga e, ciclicamente, se deslocavam para plantar suas roças na beira do rio. Essa grandiosa expropriação da vazante impôs às famílias deslocadas para a borda do lago a necessidade de mobilizar novas técnicas e investimentos para plantar na “vazante artificial”, sob novos riscos de perda, além de ter produzido uma enorme corrida em busca dessas terras, com generalização dos cercamentos, aumento de grilagens e de conflitos violentos (id. *ibid.*, 54-56);

b) sob o regime técnico de controle hidrológico do reservatório, as populações atingidas perderam seus esquemas de referência ecológica e de previsão de acordo com o movimento das águas (id. *ibid.*, 56);

c) seja por conta das águas revoltas da barragem, seja por conta das distâncias entre alguns núcleos e a borda do lago, a pesca tradicional tornou-se muitas vezes inviável, implicando na expropriação de mais uma atividade fundamental para as populações que viviam nas margens do Rio São Francisco. Por contraste, a pesca comercial, que dependia de grandes embarcações e frigoríficos, pôde contar com o estímulo dos investimentos públicos (id. *ibid.*, 57).

O segundo conjunto da série de efeitos de longo prazo diz respeito às transformações decorrentes do reassentamento de povoados. Enquanto na maior parte dos povoados ribeirinhos o número de famílias não ultrapassava uma dezena, nos núcleos instituídos pela CHESF a média de famílias agrupadas ultrapassava sete dezenas, chegando a mais de duas centenas em alguns casos. Para além das transformações demográficas, não se pode perder de vista que esses assentamentos provocaram: a) a junção de povoados com características distintas; b) a supressão da descontinuidade espacial entre povoados; e c) a supressão de antigas relações de vizinhança. Esses três efeitos desdobraram outros, relativos à supressão do que Sigaud (1986) chamou de “elementos que conferiam identidade ao povoado”, tais como “o nome do povoado, seu Santo Patrono, as festas religiosa promovidas pelos moradores, a venda que frequentavam, os pastos e fontes d’água utilizados por todos, as

organizações religiosas locais, as casas de farinha, etc.” (p. 59). Ainda segundo a autora, esses agrupamentos e os cercamentos de terra decorrentes podem estar na raiz da inviabilização de muitas áreas comuns de fundo de pasto compartilhadas entre familiares e vizinhos nas antigas localidades (id. *ibid.*, 59-60).

Finalmente, o terceiro conjunto da série de efeitos de longo prazo diz respeito às transformações infraestruturais provocadas pelo chamado “processo de modernização” do Vale do São Francisco. Nesse quesito, vale destacar o contraste entre os volumosos recursos destinados à construção de rodovias, perímetros irrigados, redes de transmissão de energia elétrica, dentre outras obras infraestruturais, e as dificuldades enfrentadas pelas populações deslocadas para obter a regularização de suas terras e acesso a programas de irrigação voltados para o pequeno produtor (Sigaud, 1986, 60). Mais do que exclusão de benefícios, esse processo de “modernização” produziu enormes dificuldades para a reestruturação dos modos de vida e das condições de produção das populações atingidas, “expulsas de suas terras”, “sem condições de se reproduzir” e sem “livre acesso às pastagens e fontes de água” (id. *ibid.*, 60-62).

Conclusões

A título de conclusão, considerando a cronologia dos acontecimentos e a terrificante lista de prejuízos cumulativos impostos às populações atingidas pela construção da barragem de Sobradinho, gostaríamos de chamar a atenção para quatro traçados analíticos que lançam questões que não pudemos esmiuçar neste texto. O primeiro deles diz respeito ao processo de proletarianização dos camponeses realocados na borda do lago. Segundo Ghislaine Duqué (1983), o fato da distribuição fundiária para assentamento das famílias removidas não ter sido acompanhada de redistribuição de capital favoreceu a reconstituição de formas de dependência. Mesmo as famílias camponesas que haviam conseguido obter terras de boa qualidade durante a realocação tiveram dificuldades de acessar as técnicas agrícolas exigidas para produção na borda do lago, como irrigação, uso de adubos e defensivos. Nessas circunstâncias, o arrendamento dessas terras a preços baixos para agentes que dispunham de capital para articular essas técnicas foi uma tendência, muitas vezes acompanhada da contratação dos próprios donos da terra. Se na fase pré-remoção camponeses autossuficientes haviam sido forçados a se tornar consumidores pauperizados, conforme descrevemos anteriormente, agora os “proprietários formais (com ou sem título)” eram transmutados em “operários de seus presentes arrendatários”, como bem sintetiza Duqué (1983, 1058).

O segundo traçado analítico, fornecido pela perspicaz etnografia de Martins Costa (1990), que fez parte da equipe de pesquisadoras/es coordenada por Lygia Sigaud (1986), explicita os equívocos e, principalmente, a assimetria produzida pelo encontro entre a CHESF, por meio de seus técnicos, e as populações atingidas:

O desentendimento entre camponeses e técnicos fica evidente quando vemos ambos os lados cometerem erros análogos de julgamento: à ‘ignorância’ e ao ‘atraso’ do camponês, visto pelos técnicos, correspondia o ‘disparate’ ou a ‘má fé’ dos técnicos, vistos pelos camponeses. No entanto, apenas um dos lados estava sendo invadido, e em breve veria seu mundo desaparecer sob as águas. O outro, inabalável em sua destruição, logo rumaria para outras paragens, para submergir outros povoados ‘ignorantes’ e ‘atrasados’ (Martins Costa, 1990, 65).

Sem perder de vista esses equívocos e a essa catastrófica assimetria, entendemos que é importante desdobrar esforços de pesquisa capazes de tratar do que se pode chamar de efeitos de mascaramento desse grande empreendimento hidrelétrico. Segundo Duqué (1983), “nada revelava claramente a relação da causalidade entre, de um lado, a destruição do meio de produção dos expulsos – sua terra – e o aniquilamento do fruto de seu trabalho, e, do outro lado, os interesses do grande capital industrial e comercial servidos pela criação da infraestrutura energética” (p. 1056).

A partir do trabalho de Carlos Vainer (2003), terceiro traçado analítico mobilizado nesta conclusão, é possível – e necessário – estender a cronologia dos acontecimentos decorrentes da construção da barragem de Sobradinho até os dias atuais, evidenciando, conforme apontamos anteriormente, sua durável capacidade de disparar efeitos e de produzir atingidos. Contra as concepções restritivas de *atingidos*, os efeitos em torno e à jusante da barragem não param de proliferar: poluição industrial do Rio São Francisco, uso extensivo de agrotóxicos, desemprego estrutural, periferização nas malhas urbanas e a atração de novos empreendimentos energéticos (minerários, eólicos, fotovoltaicos) de grande escala são apenas alguns agenciamentos que merecem ser analisados em conjunto.

Finalmente, inspirados em Ruben Alfredo de Siqueira (1992), o último traçado analítico que gostaríamos de mobilizar diz respeito às formas de resistência articuladas pelas heterogêneas populações camponesas que foram capazes de barrar as investidas da CHESF, constituindo a transferência para a borda do lago como uma alternativa possível. Segundo o que temos podido aprender com o trabalho da CPT Juazeiro, é preciso ampliar o conjunto de pesquisas que abordam a transformação de impossibilidades criadas por conluios estatal-empresariais em possibilidades populares criadas pelas comunidades tradicionais que vivem em torno do lago de Sobradinho. Das formas modelares de resistência que foram decisivas

para a organização das populações que sofreram com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica (Luiz Gonzaga), localizada em Petrolândia (PE), às atuais resistências contra empreendimentos minerários de grande escala que assolam diversas comunidades em torno do lago de Sobradinho, repetindo o *modus operandi* da CHESF cinquenta anos depois, abre-se uma enorme agenda para pesquisas que sejam capazes de levar a sério o ponto de vista dos atingidos e, principalmente, de reforçar suas trincheiras de combate.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS (org.). *No rastro da grilagem. Formas jurídicas da grilagem contemporânea: casos típicos de falsificação na Bahia*. Salvador, Ano 1, nº 1, 2017.

DUQUÉ, Ghislaine. A experiência de Sobradinho: problemas fundiários colocados pelas grandes barragens. *Ciência e Cultura*, 35(8), p. 1054-1061, agosto 1983.

MAIA, Ícaro Cardoso. *Contracartografias do Fundo de Pasto de Areia Grande (Casa Nova, Bahia): entre dinâmicas tradicionais e lutas territoriais*. Tese (Doutorado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

MARTINS COSTA, Ana Luiza. Barragem de Sobradinho: o desencontro cultural entre camponeses e técnicos do Estado. In: MARTINS COSTA, Ana Luiza et al. *Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribuições para um debate*. Rio de Janeiro: CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1990, p. 55-68.

SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. *Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional*, v. 9, 1986.

SIQUEIRA, Ruben Alfredo de. *Do que as águas não cobriram: um estudo sobre o movimento dos camponeses atingidos pela barragem de Sobradinho*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1992.

VAINER, Carlos. *Conceito de “atingido”*: uma revisão do debate e diretrizes. Mimeo, s/d.